

PERFIL DOS AGRESSORES CONJUGAIS EM CONTEXTO DE RECLUSÃO

Avaliação nos Estabelecimentos Prisionais da Região Norte de Portugal

¹Torrão, N., ²Serra, A., ³Pontes, O. e ⁴Catita, L.

¹ Aluna de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde do ISCSN.

² Professora Auxiliar do ISCSN.

³ Aluno de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde do ISCSN.

⁴Aluna de doutoramento na FPCEUP

Na literatura sobre violência conjugal estão identificados um conjunto de fatores de risco presentes na história de vida e nas características de personalidade de agressores conjugais. A presente investigação tem como principal objetivo avaliar a incidência e prevalência de crenças legitimadoras da violência doméstica, de dificuldades de regulação emocional e de esquemas mal adaptativos precoces em 50 agressores conjugais em cumprimento de pena de prisão, em quatro estabelecimentos prisionais da região norte.

Os participantes deste estudo apresentam níveis elevados de crenças legitimadoras de violência conjugal, dificuldades significativas no domínio da regulação emocional e um conjunto de esquemas mal adaptativos precoces que comprometem o seu funcionamento afetivo-cognitivo. Os esquemas mais prevalentes parecem estar associados à depressão, ansiedade, hostilidade, postura intolerante, pouco empática e de desconfiança do outro, dependência da aprovação dos outros, originando possíveis sentimentos negativos e desencadeadores de respostas agressivas relativamente à companheira.

Este estudo visa sublinhar a importância da implementação de intervenções especializadas em contextos prisionais, focalizando a intervenção na alteração das crenças legitimadoras da violência conjugal, na modulação do funcionamento emocional e nas distorções cognitivas decorrentes de crenças disfuncionais acerca de si e dos outros.

Palavras-chave: Violência conjugal, crenças legitimadoras da violência conjugal, esquemas mal adaptativos precoces, regulação emocional, intervenção em agressores conjugais.

Já estão bem identificados um conjunto de fatores de risco presentes na história de vida e funcionamento de agressores conjugais (Dutton & Hart, 1992; Campbell, 1995; Saunders, 1995; Moffitt & Caspi, 1999, 2002, citados por Gonçalves, 2005; Miller, Drake & Nafziger, 2013). Andrews e Bonta (2010) apresentam uma classificação dos fatores de risco que ajudam a clarificar o seu efetivo potencial probabilístico e, conseqüentemente, a ajustar a intervenção às reais “necessidades criminógenas”. Os autores consideram que há fatores estáticos, que ocorrem no passado dos sujeitos (por exemplo, ter sido vítima de maus tratos) e não podem ser alterados e fatores dinâmicos (por exemplo, o consumo de álcool), que podem ser alvo de mudança.

Na literatura sobre fatores de risco, alguns estudos demonstram que ser jovem (Stith, Smith, Penn, Ward & Tritt, 2004), ter níveis educacionais baixos (Coleman, Weinman & Hsi, 1980; Stith *et al.*, 2004; Capaldi, Knoble, Shortt & Kim, 2012) e estar desempregado (Riggs, Caulfield & Street, 2000; Stith *et al.*,

2004; Capaldi *et al.*, 2012), são importantes fatores de risco para a perpetração de atos de violência conjugal. São vários os estudos que têm vindo consistentemente a documentar a relação entre as atitudes pró-violência e comportamentos violentos nos relacionamentos íntimos (Kantor & Strauss, 1987; Russell & Hulson, 1992; Stith & Farley, 1993, citados por Kane, Staiger & Ricciadelli, 2000). De acordo com Machado, Matos e Moreira, (2003), os homens, abusivos ou não, apresentam níveis mais elevados de crenças legitimadoras de violência do que as mulheres. Loseke (1992) afirma que estas ideias são construídas através de assunções estereotipadas, que em muitos casos, dizem respeito ao lugar de uma esposa/mãe, mulher e vítima na sociedade. Sugarman e Frankel (1996) e, numa outra meta-análise mais recente, Stith e colegas (2004), analisaram a relação entre atitudes em relação à violência, representações de género e violência conjugal, concluindo que estes fatores têm um papel importante na perpetração de condutas conjugais abusivas (respetivamente, *effect size* médios de .30 em ambos os estudos).

Alguns estudos (Gratz & Romer, 2004; Tager, Good & Brammer, 2010) referem que, em geral, os homens experenciam dificuldades em gerir emoções. A literatura associa as dificuldades em regular emoções a diversas perturbações, como o abuso de substâncias (Stith *et al.*, 2004), perturbações psicopatológicas severas (Goldin, Mcrae, Ramel & Gross, 2008; Gross & Munõz, 1995, Allen, Yap & Sheeber, 2007 em Nogueira, 2011), desordens de ansiedade generalizada, desordens complexas de stress pós-traumático, perturbações de personalidade borderline e perpetuação de atos de violência (Gratz & Roemer, 2004). A desregulação emocional pode mesmo implicar uma deterioração significativa da saúde física (Greenberg, Wortman & Stone, 1996; Sapolsky, 2007 em Nogueira, 2011) e da qualidade das interações sociais e interpessoais (Goldin, Mcrae, Ramel & Gross, 2008).

Os esquemas mal adaptativos precoces referem-se a um padrão disfuncional de memórias, emoções, cognições e sensações corporais que o indivíduo apresenta sobre si próprio e sobre os contextos interpessoais em que se move, desenvolvidos muito precocemente na infância e elaborados ao longo do seu desenvolvimento individual (Young, Klosko & Weishaar, 2003). Rijo, Fernandes, Mota, Albergaria, Frias & Chaves (2008) propõem um conjunto de esquemas caraterísticos do funcionamento psicológico e interpessoal dos

indivíduos com uma personalidade desviante e/ou antissocial. Nesta linha conceptual, estes esquemas caracterizam traços de personalidade antissocial que, perante padrões globais e estáveis de funcionamento, enquadram os critérios de diagnóstico para a perturbação antissocial da personalidade (APA, 2002). Nesta linha, Rijo e Capinha (2012) postulam como subjacentes à violência conjugal as crenças defeito/vergonha (incapacidade de sentir-se amado), grandiosidade (visão compensatória do eu como defeituoso e sem valor) e privação emocional (inexistência de um outro, cuidador, capaz de satisfazer as necessidades de afeto e partilha de sentimentos) e de abandono (receio de perder outros significativos por instabilidade nas relações íntimas e de ficar sozinho).

O conhecimento das especificidades e necessidades dos diferentes tipos de agressores poderão ajudar a adequar melhor os programas e a aumentar a sua eficácia (Gondolf, 1993; Townsend, 1991; Barbosa, Quadros, Ribeiro, 2012).

Método

Esta investigação pretendeu avaliar num grupo de reclusos a cumprir pena pelo crime de violência doméstica, a incidência e a prevalência de crenças legitimadoras da violência doméstica concretamente legitimação e banalização da pequena violência; legitimação da violência pela conduta da mulher; legitimação da violência pela sua atribuição a causas externa; legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar (Machado *et al.*, 2006). Como se pressupõe (e.g. Rijo & Capinha, 2012) que alguns dos esquemas maladaptativos precoces podem assumir um papel de relevo na ativação destas crenças, que estão ao serviço da conduta violenta, também foram alvo de avaliação. Por último, decidiu-se que as dificuldades de regulação emocional também se poderiam constituir como um fator de interface entre o comportamento dos reclusos condenados por violência doméstica, os seus esquemas e as crenças pró-violência. Neste sentido, colocaram-se como hipóteses de investigação que os participantes apresentariam comprometimentos significativos nestas três variáveis (crenças, dificuldades de regulação emocional e esquemas mal adaptativos precoces). Ponderou-se ainda que potenciais fatores de risco como a existência de historial prévio de vitimação e o consumo de bebidas alcoólicas e a prática de crime de homicídio estariam

associados a níveis mais comprometidos de funcionamento nas três dimensões referidas. Por último, pretendeu-se avaliar em que medida a existência de acompanhamento terapêutico em contexto prisional teria impacto no funcionamento do indivíduo, tendo em linha de conta as medidas psicológicas acima apresentadas.

Participantes

Participaram neste estudo 50 reclusos de nacionalidade portuguesa em cumprimento de pena pelo crime de violência doméstica, com idade entre os 26 e os 71 anos ($M = 46$, $DP = 11.5$) de quatro estabelecimentos prisionais: Izeda ($n = 12$), Paços de Ferreira ($n = 7$), Porto ($n = 17$) e Santa Cruz do Bispo ($n = 14$).

À data da recolha dos dados 14 dos participantes (28%) eram solteiros, 17 (34%) eram casados ou residiam em união de facto, 17 (34%) estavam separados ou divorciados e dois (4%) eram viúvos. No que se refere às habilitações literárias, antes do cumprimento de pena, eram mais de metade ($n = 27$, 54%) os participantes que possuíam apenas o 1º ciclo de ensino básico e quase um terço ($n = 15$, 30%) que possuía o 2º ciclo. O grupo era ainda constituído por dois (4%) participantes analfabetos e cinco (10%) que possuíam o 3º ciclo. Apenas um participante (2%) tinha completado o ensino secundário. A maior parte dos participantes ($n = 37$) exercia uma atividade profissional antes do cumprimento de pena (74%), estando apenas oito (16%) desempregados. Os restantes cinco (10%) estavam já reformados.

Dos 50 participantes, 38 (76%) são primários na prática do crime de violência doméstica e 40 (80%) são primários no cumprimento da pena de prisão. O crime de violência conjugal foi praticado na companheira por 31 participantes (62%) e na cónjuge por 19 (38%). Dos 50 participantes, 37 (75.5%) não mantêm contacto com a vítima. A duração da pena pelo crime de violência doméstica vai de 1 a 5 anos ($M = 2.82$, $DP = .83$). A duração total da pena vai de 2 a 23 anos ($M = 6.82$; $DP = 5.10$). Quinze reclusos (30%) foram também condenados por homicídio qualificado sobre a figura da cónjuge/companheira; 13 (26%) por posse de arma proibida; 10 (20%) por ofensa à integridade física; 7 (14%) por maus tratos e igual percentagem por ameaça agravada. Ainda no âmbito de crimes contra as pessoas, um total de

11 reclusos (22%) foram condenados por crimes sexuais; 5 participantes cumprem penas por furto simples (10%) e 4 por condução sem habilitação legal (8%), e, por fim, 5 (10%) foram condenados por tráfico, falsificação de documentos, roubo, violação domicílio, etc.

Dos 50 participantes, 17 (34%) afirmaram ter sido vítimas de violência doméstica durante a infância e ou juventude. Durante o cumprimento da pena, 22 (44%) têm acompanhamento na valência de psiquiatria, 28 (56%) na de psicologia e 1 (2%) na de neurologia. São 32 (64%) os participantes que assumem consumos antes da sua entrada no estabelecimento prisional. Destes, 18 (56%) relataram consumir regularmente álcool; 6 (18%) reportaram consumos simultâneos de bebidas alcoólicas e de estupefacientes e 8 (25%) assumem o consumo de estupefacientes.

Instrumentos

Foi realizada uma entrevista com o recluso que envolvia a administração de (1) *Entrevista de caracterização sóciofamiliar* (versão para investigação de Torrão & Serra, 2013); (2) *Escala de Desejabilidade Social* - EDS-17 (versão revista de Stober, 2001, traduzida e adaptada por Serra, Quintas, Fonseca & Sousa, 2010); (3) *Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal* - ECVC (versão para investigação de Machado, Matos & Gonçalves, 2006), para avaliar as crenças em relação à violência física e psicológica exercida no contexto de relações de tipo conjugal; (4) *Questionário de Esquemas de Young* – YSQ-S3 (de Young, 2003, tradução e adaptação portuguesa de Pinto Gouveia, Rijo & Salvador, 2005) que avalia 18 esquemas mal adaptativos precoces; (5) *Escala de Dificuldades de Regulação Emocional* - EDRE (Gratz & Roemer, 2004; versão portuguesa de Coutinho, Ribeiro, Ferreirinha & Dias, 2010) que visa avaliar a flexibilidade do indivíduo na utilização de estratégias de regulação emocional, contextualmente adequadas e adaptadas às situações. Foi ainda utilizada a *ficha consulta de processo individual* (versão para investigação de Torrão & Serra, 2013) que era preenchida antes da entrevista.

Procedimentos

Inicialmente foi solicitada autorização do Director Geral da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. De forma a agilizar os procedimentos de terreno houve sempre um contacto prévio com os responsáveis dos Estabelecimentos Prisionais por parte dos investigadores. A participação do recluso foi voluntária, anónima, ao abrigo de confidencialidade, sendo sempre solicitada a assinatura da declaração de consentimento informado.

Resultados

O controlo do efeito da desejabilidade social é fundamental nos estudos com participantes envolvidos em processos judiciais, enquadrados em contextos “totais” e principalmente quando se aplicam medidas de autorrelato. Efetivamente, os participantes apresentam um valor significativamente mais elevado ($M = 11.82$, $DP = 2.80$) do que o esperado ($M = 8.38$, $DP = 3.18$).

No Quadro 1 encontram-se os valores obtidos pelos participantes ($M = 73.98$, $DP = 15.04$) na Escala de Crenças de Violência Conjugal (ECVC). Como se pode verificar, o grau de tolerância às condutas abusivas em contexto conjugal é significativamente superior aos valores apresentados por todos os grupos de comparação, tanto o grupo normativo, como o próprio grupo de abusadores conjugais físicos.

Quadro 1. *Crenças legitimadoras de Violência Conjugal: Comparação com os valores totais obtidos na ECVC por Machado e colegas (2006)*

		Valor Comparação	t (49)
Participantes	73.98	Cônjuges abusivos (maus tratos físicos e emocionais)	56.80 8.08, $p < .001$
		Cônjuges maltratantes físicos	62.84 5.24, $p < .001$
		Cônjuges maltratantes emocionais	56.40 8.27, $p < .001$
		Cônjuges não abusivos	50.74 10.93, $p < .001$
		Amostra total	52.72 9.99, $p < .001$

Nota: Valores elevados indicam um maior grau de tolerância/aceitação das condutas abusivas em contexto conjugal

No Quadro 2 apresentamos os valores obtidos pelos participantes através das quatro dimensões da escala. Como podemos observar, das quatro dimensões, a *legitimação da violência pela preservação da vida familiar*

destaca-se como a mais prevalente, não havendo diferenças significativas entre as restantes três dimensões ($F(3, 147) = 34.07, p < .001$).

Quadro 2. *Crenças legitimadoras de Violência Conjugal: Comparação dos valores obtidos em cada dimensão pelos participantes.*

	<i>M (DP)</i>
Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar	3.48 (0.74) ^a
Legitimação e banalização da pequena violência	2.90 (0.66) ^b
Legitimação da violência pela conduta da mulher	2.95 (0.65) ^b
Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas	3.05 (0.68) ^b

Nota: Valores elevados indicam maior grau de tolerância/aceitação quanto ao uso de violência conjugal. Carateres diferentes indicam diferenças significativas a $p < .05$ entre as dimensões.

No que se refere às dificuldades de regulação emocional, procedemos a uma comparação dos resultados com valores normativos referentes apenas ao sexo masculino. Como podemos observar no Quadro 3, os participantes apresentam valores mais elevados em quatro dimensões, *Não-aceitação*, *Impulsos*, *Estratégias* e *Clareza*, assim como no valor *total* da escala, que se reporta à intensidade das dificuldades relatadas.

Quadro 3. *Dificuldades de Regulação Emocional: Comparação com os padrões obtidos por Veloso e colegas (2011).*

	<i>Valor Amostra</i> <i>M (DP)</i>	<i>Valor Comparação</i>	
		Homens ($N = 178$) <i>M (DP)</i>	<i>t (49)</i>
Total	87.68 (20.42)	79.39	3.21, $p < .001$
Não-aceitação	2.75 (0.78)	1.84	8.29, $p < .001$
Objetivos	2.62 (0.95)	2.82	-1.53, <i>ns</i>
Consciência	2.62 (0.76)	2.71	< 1
Impulsos	2.19 (0.85)	1.84	2.93, $p = .005$
Estratégias	2.23 (0.62)	2.01	2.49, $p = .016$
Clareza	2.25 (0.72)	1.97	2.78, $p = .008$

Nota: Valores elevados indicam maior dificuldade de regulação emocional.

Relativamente aos resultados do YSQ, apresentados no Quadro 4, os participantes apresentam resultados superiores aos considerados na amostra da população geral nos 16 esquemas avaliados (menor $t(49) = 2.36, p = .022$). Quando comparamos os resultados obtidos, com os dos indivíduos com

psicopatologia do Eixo 1, os resultados são idênticos. Em 16 esquemas apenas três não diferem significativamente: *Abandono/Instabilidade*, *Limites Indefinidos/Grandiosidade* e *Isolamento Social/Alienação* (todos $t(49) < 1$). Interessante, será verificar que quando comparamos os resultados obtidos, aos dos indivíduos com psicopatologia do Eixo II, temos apenas diferenças significativas em sete dos dezasseis EMP: *Autossacrifício*, *controlo excessivo/inibição emocional*, *vulnerabilidade ao mal e à doença*, *abandono/Instabilidade*, *isolamento social/alienação*,

Quadro 4. *Esquemas Mal adaptativos Precoces (EMP): Comparação dos valores da amostra com os padrões obtidos por Rijo (2009).*

EMP	Valor da Amostra	Valor de Comparação			
	M (DP)	Geral M	Eixo 1 M	Eixo 2 M	
	Negativismo/pessimismo	4.10 (0.73) ^a	2.43***	3.08***	4.00
	Autopunição	3.70 (0.71) ^{ab}	2.52***	3.03***	3.71
	Autossacrifício	3.66 (0.79) ^{ab}	2.52***	3.13***	3.30**
⊗	Controlo excessivo/inibição emocional	3.62 (0.86) ^{ab}	1.92***	2.77***	3.13***
	Vulnerabilidade ao mal e à doença	3.64 (0.84) ^b	1.87***	2.37***	2.88***
	Procura de aprovação/reconhecimento	3.60 (0.86) ^b	2.42***	3.06***	3.66
	Abandono/Instabilidade	3.53 (0.87) ^b	2.31***	3.51	3.92**
	Desconfiança/abuso	3.23 (0.88) ^{bc}	1.79***	2.86**	3.31
	Subjugação	2.89 (0.74) ^c	1.52***	2.50***	3.00
⊗ II	Emaranhamento/eu subdesenvolvido	2.89 (0.75) ^{cd}	1.70***	2.30***	2.71
	Limites indefinidos/grandiosidade	2.80 (0.84) ^{cd}	2.18***	2.69	2.98
	Privação emocional	2.76 (0.96) ^{cd}	1.44***	2.17***	2.97
	Isolamento social/alienação	2.68 (0.84) ^{cd}	1.60***	2.67	3.81***
⊗	Defeito/vergonha	2.45 (0.82) ^d	1.18***	2.08**	3.02***
	Fracasso	2.45 (0.89) ^d	1.36***	2.15*	2.81**
	Dependência/incompetência	2.45 (0.69) ^d	1.39***	2.02***	2.43

Nota: Valores elevados indicam maior ativação dos EMP

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

Avaliamos ainda se os participantes que foram vítimas de violência doméstica durante a infância e ou juventude ($n = 17$), apresentam maior comprometimento nas medidas analisadas. Não obtivemos diferenças significativas nestes dois grupos na ECVC (todos $t(48) < 1$), nem na EDRE

(todos $t(48) < 1$). A exceção, é apenas verificada no esquema *Autossacrifício*, onde o grupo de participantes que foram vítimas de violência doméstica, ($M = 4.07$, $DP = 0.72$), apresenta um valor mais elevado do que o grupo dos que não foram vítimas, ($M = 3.44$, $DP = 0.75$; $t(48) = 2.84$, $p = .007$).

Já no que se refere ao consumo de álcool ($n = 18$), constata-se a existência de diferenças significativas na *ECVC Total* (Quadro 5). Analisando as diferentes dimensões, pode inferir-se que esta diferença será devida aos valores significativamente mais elevados no grupo de consumidores em apenas duas dimensões: *legitimação e banalização da pequena violência e legitimação da violência pela conduta da mulher*.

Quadro 5. *Comparação entre consumidores de álcool e não consumidores: ECVC.*

	Consumidores de álcool	Não consumidores	
	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>t (34)</i>
ECVC Total	80.39 (9.28)	60.94 (18.01)	-2.19, $p = .036$
Pequena violência	3.20 (0.46) ^b	2.70 (0.80) ^b	-2.29, $p = .028$
Conduta da mulher	3.27 (0.45) ^b	2.77 (0.78) ^b	-2.36, $p = .036$
Causas externas	3.24 (0.45) ^b	2.92 (0.77) ^b	-1.50, <i>ns</i>
Preservação privacidade	3.66 (0.53) ^a	3.33 (0.93) ^a	-1.28, <i>ns</i>

Nota: Caracteres diferentes indicam diferenças significativas a $p < .05$, entre as quatro dimensões da E.C.V.C.

Na EDRE Total, $t(34)$ não se verificam diferenças e no YSQ, encontrou-se apenas uma diferença no esquema *Desconfiança/abuso*, $t(27.46) = -2.35$, $p = .026$, (maior t restante $t(34) = -1.70$, *ns*). Os agressores que consumiam álcool no passado têm um valor mais elevado neste esquema, ($M = 3.60$, $DP = 1.02$), do que aqueles que não eram consumidores de nenhuma substância, ($M = 2.94$, $DP = 0.60$).

Procuramos ainda verificar se existiam diferenças nas medidas analisadas quando o sujeito tinha sido condenado por homicídio ($n = 15$). Não verificamos qualquer diferença significativa na ECVC, maior $t(14) = -1.69$, *ns*. e na EDRE, maior $t(14) = -1.77$, *ns*. Relativamente ao YSQ encontramos apenas uma diferença no esquema *Limites indefinidos/grandiosidade* ($t(14) = -2.30$, $p = .01$; Maior t restante $t(14) = -1.49$, *ns*): os sujeitos que cometeram

homicídio apresentam um valor mais baixo no esquema *Limites indefinidos/grandiosidade* ($M = 2.42$, $DP = 0.72$ vs. $M = 2.96$, $DP = 0.85$).

No que diz respeito ao potencial papel catalisador da intervenção em contexto de reclusão, não foram encontradas diferenças significativas na ECVC (maior $t_{34} < 1$), nem na EDRE (maior $t_{34} = 1.51$, *ns*). Relativamente ao YSQ, também não se obteve diferenças significativas entre os grupos (maior t , $t(34) = 1.12$, *ns*).

Como podemos verificar através do Quadro 6, as medidas analisadas estão correlacionadas parcialmente entre si: o valor total da ECVC correlaciona-se de forma positiva mas pouco intensa com o valor total da EDRE ($r = .28$, $p = .048$), indicando que quanto mais intensas as dificuldades de regulação emocional, maior a prevalência das crenças legitimadoras da violência. Neste sentido, interessará introduzir aqui um resultado complementar: quanto maiores as dificuldades de regulação ao nível da dimensão *Consciência*, maior o recurso às crenças *legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas* ($r = .30$, $p = 0.37$) e *pela preservação da vida familiar* ($r = .29$, $p = .042$).

Quadro 6. Correlações entre a ECVC Total, a EDRE Total e os Esquema Mal adaptivos Precoces mais prevalentes.

($N = 50$) r de Pearson	ECV.C total	EDRE total
EDRE total	.28*	
Negativismo/pessimismo	.22	.23
Autopunição	.22	.36**
Autossacrifício	.23	-0.5
Vulnerabilidade ao mal e à doença	.33*	.39**
Controlo excessivo/inibição emocional	.11	.26
Aprovação reconhecimento	.41**	.25
Abandono/instabilidade	.13	.34*

Nota : * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

Verificamos que a ECVC Total se correlaciona com os esquemas de *Vulnerabilidade ao mal e à doença* $r = .33$ $p < .01$ e *Procura de Aprovação e reconhecimento* ($r = .41$, $p = .003$), enquanto que a EDRE Total correlaciona-se positivamente com os esquemas *Auto-punição* ($r = .36$, $p = .004$), também *Vulnerabilidade ao mal e à doença* ($r = .39$, $p = .006$) e ainda *Abandono/Instabilidade* ($r = .34$, $p = .017$). Podemos então assumir que a maior severidade destes três esquemas, aumenta as dificuldades de regulação emocional. Pormenorizando o nível de análise, pode-se ainda verificar que quanto maior a severidade dos esquemas *Vulnerabilidade ao mal e à doença* ($r = .36$, $p = .009$) e *Procura de Aprovação e reconhecimento* ($r = .45$, $p = .001$), maior relevância é dada à *banalização da violência*. Quanto maior a severidade dos esquemas *Auto-punição* ($r = .29$, $p = .042$), *Vulnerabilidade ao mal e à doença* ($r = .30$, $p = .03$) e *Procura de Aprovação e reconhecimento* $r = .36$, $p = .009$, maior relevância ganha a *legitimação da violência pela conduta da mulher*. Seguindo esta lógica, o recurso à crença da *Preservação da privacidade* aumenta com o aumento da severidade do esquemas *Procura de Aprovação e reconhecimento* ($r = .36$, $p = .009$). A legitimação da violência por causas externas não se encontra correlacionada com nenhum esquemas.

Discussão dos resultados

Alguns estudos têm vindo a demonstrar uma correlação negativa entre a *idade* dos sujeitos e a violência conjugal, verificando-se que quanto mais novos os indivíduos, maior a probabilidade de encetarem este tipo de conduta (Stith *et al.*, 2004). Os reclusos deste estudo apresentam uma média de idades que ronda os 46 anos. Uma percentagem significativa dos participantes são primários neste crime, contudo, ao contrário do que seria expectável, apenas sete têm menos de 25 anos. Quintas e colegas (2012) num estudo recente com 134 arguidos do crime de violência doméstica em medida de frequência obrigatória de programa em meio comunitário, encontram uma média de idades muito próxima (48 anos), sendo que 87% dos participantes eram também primários nesse crime. Neste sentido, talvez interesse realçar que até há relativamente pouco tempo atrás o crime de violência doméstica não era público e, mesmo depois desta alteração legal, a maioria das agressões ou não é denunciada, ou a denúncia acontece em casos extremos (Gonçalves, 2005;

Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009), o que leva a um aparente “inflacionamento” das idades dos agressores.

Verificamos também que apenas 12% dos participantes apresentam habilitações literárias superiores ao 2º ciclo. Estudos recentes como o de Coleman e colegas (1980), Stith e colegas (2004), Capaldi e colegas(2012) e Quintas e colegas (2012), utilizando amostras de agressores referem percentagens elevadas de indivíduos com baixa escolaridade.

Antes de cumprirem pena de prisão, 74% dos sujeitos estavam empregados. Este dado, corroborado pelos trabalhos de Quintas e colegas (2012), não encontra suporte na literatura internacional do domínio, concretamente no estudo de Riggs e colegas (2000), na meta-análise de Stith e colegas (2004) e Capaldi e colegas (2012). Apesar da situação profissional destes indivíduos ser favorável, o tipo de emprego que têm é pouco qualificado e frequentemente, de reduzido estatuto social.

Constata-se que os reclusos apresentam uma elevada tendência para responder de forma socialmente desejável. A esta questão não é alheia a condição de os sujeitos estarem em cumprimento de pena: o potencial receio das implicações das respostas emitidas para eventual concessão de liberdade condicional e ou outras medidas de flexibilização da pena esteve naturalmente patente nas suas respostas, devendo esta conclusão estar presente na leitura e interpretação dos resultados.

Verifica-se que os participantes se caracterizam por um grau de aceitação e tolerância às crenças que sustentam condutas abusivas face à mulher (Kane *et al.*, 2000) particularmente elevado quando comparado com outros estudos nacionais (Machado *et al.*, 2006; Quintas *et al.*, 2012). A *legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar* apresenta-se como a crença mais prevalente, revelando que os sujeitos consideram a violência no casal um assunto privado, que deve ser resolvido no seio familiar, sem interferências exteriores. Tais crenças, sustentadas em perspetivas estereotipadas sobre o género (Sinclair, 1985; Soares, 1999; Machado *et al.*, 2003; Machado *et al.*, 2006), quando associadas à banalização da violência (Machado *et al.*, 2006; Miller *et al.*, 2013), não permitem que o indivíduo consiga avaliar os danos efetivos que causa nas suas vítimas (Hamberger & Holtzworth–Munroe, 1999), podendo conduzir a uma desvalorização da

necessidade de modificar a sua conduta abusiva (Machado *et al.*, 2003). Pese embora o elevado valor da desejabilidade social apresentado, neste âmbito, das crenças e atitudes face à violência, o autorrelato dos agressores, independentemente da sua idade, foi muito incisivo e denunciador da perspetiva de *normalidade da conduta violenta*, na intimidade.

Existe atualmente um importante conjunto de evidências científicas que aponta para a pertinência dos processos de regulação emocional nas condutas violentas ou maltrantes (Tager *et al.*, 2010, Miller *et al.*, 2013), associadas ou não a perturbações psicopatológicas de diferente natureza ou gravidade (Gratz & Roemer, 2004). Os participantes demonstraram ter dificuldades em quatro das seis dimensões da regulação emocional (curiosamente, apesar das dificuldades significativas, os indivíduos parecem ter consciência das suas respostas emocionais), implicando diferentes níveis de comprometimento num processo sequencial que vai desde a emergência da emoção negativa à concretização do ato violento. Assim sendo, apesar de os indivíduos conseguirem ter consciência das suas emoções (*Consciência*), têm dificuldades em as distinguir (*Clareza*), revelam défices significativos na sua aceitação e gestão (*Não-aceitação*), o que compromete a sua adaptabilidade e flexibilidade para lidar com acontecimentos negativos aumentando os seus níveis de stress. A impulsividade (*Impulsos*) ocorre frequentemente durante a experiência de emoções intensas. Na literatura há evidências que os homens agressores tendem a apresentar maior impulsividade, faltando-lhe as competências necessárias para a negociação (Stuart & Holtzworth - Munroe, 2005 em Tager *et al.*, 2010). Orientar o comportamento para um objetivo (*Objetivos*) exige esforço independentemente do estado emocional. Esta tarefa complica-se quando o sujeito experiencia emoções negativas, que prejudicam a tomada de decisão e esgotam os recursos cognitivos (Nogueira, 2011; Miller *et al.*, 2013). Este processo pode acentuar e reforçar a noção do indivíduo que não tem as competências necessárias (*Estratégias*) para lidar com as suas próprias emoções negativas e desestruturantes, como o ciúme ou a raiva (Capaldi *et al.*, 2012). Talvez por esta razão os agressores demonstram frequentemente uma reduzida capacidade empática relativamente aos seus parceiros (Clements, Holtzworth - Munroe, Schweinle & Ickes, 2007). A perpetração da violência pelo agressor pode consistir numa estratégia (mais ou

menos intencionalizada) para pôr termo a emoções desconfortáveis como a ansiedade, medo e vergonha que, muitas vezes, são percebidas como ameaçadoras da identidade masculina (O'Neil & Harway, 1997; Jakupcak *et al.*, 2005; Dutton, 2007 em Tager *et al.*, 2010). Apesar da correlação entre crenças legitimadoras da conduta violenta e dificuldades de regulação emocional ser apenas razoável ($r=.28$), poder-se-ia colocar a hipótese que determinadas crenças, designadamente as assentes na conduta da mulher e em outros fatores exteriores ao agressor, não estão, efetivamente, a cumprir uma função compensatória e mesmo “paliativa” de dificuldades reais ao nível do seu funcionamento emocional.

De acordo com os resultados obtidos neste estudo os reclusos apresentam níveis de prevalência elevados nos 16 esquemas avaliados. Basicamente, como Young e colegas afirmam (2003), tal significa que estes indivíduos pautam-se por dinâmicas disfuncionais em diferentes áreas do seu funcionamento emocional, cognitivo e interpessoal, pois a severidade do esquema está intimamente relacionado com o número de situações que o ativa e, conseqüentemente, com a afetividade negativa que deverá estar associada a essas situações. Esta constatação poderia remeter para a conclusão de estarmos perante uma amostra clínica, com elevados graus de psicopatologia. Contudo, a literatura vai indicando (e.g. Gondolf, 1998; Holtzworth-Munroe, 2000) que apenas uma percentagem relativamente diminuta de agressores conjugais apresenta psicopatologia de relevo. Por outro lado, quando avaliamos os esquemas em função de fatores de risco importantes para a inferência de psicopatologia, como o historial de vitimação, os consumos e mesmo o cometimento de homicídio, não encontramos diferenças entre os grupos que constituímos (que assentavam sempre na presença/ausência do fator em análise). Efetivamente, na ausência de uma avaliação psicológica complementar e focada no funcionamento psicopatológico destes indivíduos, é impossível determinar se este grupo de indivíduos se pauta ou não por níveis significativos de psicopatologia de relevo.

Rijo e colegas em 2008 e, posteriormente em 2012, avançam com algumas hipóteses relativas à prevalência de determinados esquemas, em respetivamente, indivíduos com perturbação de personalidade antissocial e indivíduos perpetradores de violência doméstica. Os esquemas mais

prevalentes nos participantes não correspondem a nenhuma destas “tipologias”. O esquema *Abandono/Instabilidade*, que reflete o receio de perda do outro significativo e que poderá estar na base de sentimentos de ciúme e de possessão do outro inclui-se, coerentemente, nas duas propostas tipológicas, mas os restantes não se enquadram em nenhuma. Na comparação dos resultados obtidos pelos nossos participantes com os dados obtidos por Rijo (2009) com amostras clínicas do Eixo I e do Eixo II poder-se-ia considerar que os participantes estão mais próximos da amostra clínica do Eixo II, pois os valores obtidos não diferem significativamente em nove esquemas. No entanto, desses apenas três correspondem à perturbação de personalidade antissocial e, destes, apesar de significativamente mais elevados que os dados da população geral, nenhum se enquadra nos sete esquemas com maior prevalência nos nossos participantes.

Os esquemas são estruturas tácitas, desenvolvidas precocemente e confirmadas pelas experiências de vida devido aos processos de manutenção que lhe são inerentes (Rijo, 2009). No entanto, como a situação de reclusão pode ser por si mesma um acontecimento potencialmente destruturante para o indivíduo, poderá ser impulsionadora da ativação de vários esquemas em simultâneo, como o caso da *Inibição* e da *Procura de aprovação* (mesmo que seja para proveito próprio). Segundo alguns autores (e.g. Lopez-Coira, 1992 em Carvalho, 2012) a prisão conduz frequentemente a um agravamento dos constrangimentos relacionais e dos problemas psicopatológicos do indivíduo, sobretudo decorrente da repetição do ambiente disfuncional e confirmatório das crenças do recluso.

Neste estudo, não se provou que a presença de historial de vitimação é uma variável discriminativa relativamente às crenças, à regulação emocional e aos esquemas. Era nossa expectativa que, tanto pelos processos de modelagem da violência (Hotelling & Sugarman, 1990, cit. Doerner & Lab, 1995; Capaldi *et al.*, 2012; Miller *et al.*, 2013) ou como pelo próprio carácter potencialmente traumático das situações de vitimação, este grupo de indivíduos se distinguisse dos demais agressores ou pelo maior enraizamento de crenças, ou pela presença de dificuldades mais relevantes ao nível da regulação emocional e ou de um funcionamento afetivo-cognitivo mais disfuncional.

No que se refere ao consumo de álcool, presente em cerca de metade da nossa amostra, apenas foram encontradas diferenças significativas ao nível das crenças. O consumo abusivo do álcool é uma variável que se rodeia de alguma polémica na literatura sobre este domínio, tanto relativamente à sua preponderância, como ao seu papel como fator impulsionador ou desinibidor. Efetivamente, a ação desinibidora da censura que o álcool proporciona pode assumir contornos de conduta violenta severa (Almeida, 2009), mas tal não se verificou nos nossos participantes. Por outro lado, o valor superior de crenças que este grupo de reclusos apresenta é devido aos valores elevados nas três dimensões que não se referem a fatores como o consumo abusivo do álcool, isto é, à *legitimação da violência por fatores externos*.

Por último, constatámos que o reduzido grupo de indivíduos que cometeram homicídio não revelaram ser estatisticamente diferentes em nenhuma das medidas analisadas. A literatura do domínio indica com bastante consistência os potenciais fatores de elevação do risco de violência conjugal (e.g. Matos, 2006), designadamente, o acesso a armas, agressões severas em incidentes anteriores e ameaças de morte. Todos estes fatores estavam presentes na amostra e, naturalmente, sobrepostos e conjugados nos mesmos indivíduos. Face estes dados, é possível colocar a questão se o que diferencia estes indivíduos dos outros que não cometeram homicídio são de facto fatores individuais (como os avaliados, ou mesmo outros) ou fatores externos que impulsionam a passagem ao ato (Gassin, 1994).

Verificamos também que o facto de o recluso se encontrar a receber acompanhamento terapêutico mais estruturado (psicologia e simultaneamente valência psiquiatria) em contexto prisional não é um factor promotor de alterações nas três medidas analisadas. Não seria expetável encontrar alterações significativas ao nível dos esquemas dada a sua natureza tácita e precoce. Já ao nível das dificuldades de regulação emocional, e especialmente, das crenças legitimadoras da violência, os dados encontrados podem sugerir a necessidade incontornável de a intervenção com esta população ser especializada e focada nas especificidades dos indivíduos que cometem este tipo de crime. De salientar, contudo, que não tivemos acesso a dados relativos à duração, frequência ou motivos do acompanhamento.

Conclusão

Este estudo sublinha a importância das intervenções em contextos prisionais, focalizando a intervenção na alteração das crenças legitimadoras da violência conjugal, na modulação do funcionamento emocional e nas distorções cognitivas decorrentes de representações disfuncionais acerca de si e dos outros. Seria interessante replicar a presente investigação e procurar estabelecer tipologias do agressor conjugal em cumprimento de pena, objetivando-se a realização de programas de intervenção e de apoio cognitivo-comportamental para esta população.

O facto de o estudo ter decorrido no próprio contexto prisional e o inerente receio de implicações das resposta emitidas para eventual concessão de medidas de flexibilização da pena, tem aqui especial relevo.

Esperamos ter contribuído para o lançamento de novas hipóteses de investigação e despertado a curiosidade para a pesquisa científica. Este tipo de estudos poderá revelar-se uma ferramenta de grande utilidade para caracterizar profundamente este tipo de população, e desta forma, criar instrumentos específicos para apoiar os técnicos de acompanhamento psicossocial, na tomada de decisões devidamente fundamentadas, ao invés de meramente intuitivas e desenvolver programas de intervenção e prevenção de qualidade.

Bibliografia

- Almeida, M. (2009). *Violência Conjugal e álcool: (in)existência de uma relação causal?* Dissertação de Mestrado. Faculdade de Medicina, Universidade de Coimbra. Coimbra. Portugal.
- American Psychiatric Association. (2002). *Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (4ª edição/revisão de texto)*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Andrews, D. & Bonta, J. (2010). *The psychology of criminal conduct*. (5th ed.). Cincinnati, OH: Anderson Publishing.
- Barbosa, F. Quadros, F., Ribeiro, L. (2012). *Reincidência criminal. Tópicos de avaliação e intervenção biopsicossocial*. Liupsic- Edições de Psicologia.

- Capaldi, D.M., Knoble, N. B., Shortt, J.W. & Kim, H. K. (2012). A systematic review of risk factors for intimate partner violence. NIH Public Access. *Partner abuse*, 3, pp. 231-280.
- Clements, K. Holtzworth-Munroe, A. Schweinle, W. & Ickes, W. (2007). Empathic accuracy of intimate partners in violent versus non-violent relationships. *Personal relationships*, 14, 369-388.
- Coleman, K. H., Weinman, M. L. & His, B. P. (1980). Factors affecting conjugal violence. *The Journal of Psychology*, 105, pp. 197-202.
- Coutinho, J., Ribeiro E., Ferreirinha R. & Dias, P. (2010). Versão portuguesa da Escala de Dificuldades de Regulação Emocional e sua relação com sintomas psicopatológicos. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 37, pp. 145-151.
- Doerner, W. D. & Lab, S. P. (1995). *Victimology*. Circinatti: Anderson Publishing.
- Gassin, R. (1994). *Criminologie*. Paris: Dalloz.
- Goldin, P. R., McRae, K., Ramel, W., & Gross, J. J. (2008). The neural bases of emotion regulation: Reappraisal and suppression of negative emotion. *Biological Psychiatry*, 63, 577-586.
- Gonçalves, R. (2005). A avaliação de ofensores violentos e perigosos: o caso dos agressores conjugais. *Psicologia forense*. Coimbra: Quarteto.
- Gondolf, E.(1998). Who are those guys? Toward a behavioral typology of batterers. *Violence and Victims*, 3 (3), pp. 187-203.
- Gondolf, E. (1993). Male Batterers. In R.L. Hampson, T.P. Gullotta, G.R. Adams, E.H. Polter III & R.P. Weissberg (Orgs.). *Family Violence: Prevention and Treatment*. Newbury Park: Sage Publications.
- Gratz, K. L., & Roemer, L. (2004). Multidimensional assessment of emotion regulation and dysregulation: development, factor structure, and initial validation of the Difficulties in Emotion Regulation Scale. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 26, pp. 41–54.
- Gross, J. (1998). The emerging field of emotion regulation: an integrative review. *Rev. Gen Psychology*, pp. 271-299.
- Hamberger, L., & Holtzworth–Munroe, A. (1999). Partner violence. In F.M. Dattilio & A. Freeman (Orgs.). *Cognitive Behavioral Strategies in Crisis Intervention*. London: The Guilford Press, pp. 302–324.

- Holtzworth-Munroe, A. (2000). A typology of men who are violent toward their female partners: making sense of the heterogeneity in husband violence. *Current Directions in Psychological Science*, 9 (4), pp. 140-143.
- Holtzworth-Munroe, A., Smutzler, N. & Sandin, E. (1997). A brief review of the research on husband violence. Part II: The psychological effects of husband violence on battered women and their children. *Aggression and Violent Behaviour*, 2, pp. 179-213.
- Kane, T., Staiger, P. & Ricciardelli, L. (2000). Male domestic violence: attitudes, aggression and interpersonal dependency, *Journal of interpersonal violence*, Sage publications, 0, pp. 16-29.
- Loseke, D. (1992). *The battered woman and shelters: the social construction of wife abuse*. Albany: State University of New York Press.
- Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. M. (2006). Escala de crenças sobre a violência conjugal (ECVC). Departamento de Psicologia, Universidade do Minho. Edições Psíquilibrium.
- Machado, C., Matos, M. & Moreira, A. (2003). Violência nas relações amorosas: comportamentos e atitudes na população universitária. *Psicológica*, 33, pp. 69-83.
- Manita, C., Ribeiro, C. & Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: compreender para intervir: guia de boas práticas para profissionais de instituições de apoio a vítimas*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Matos, M. (2006). Violência nas relações de intimidade- estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher. Tese de Doutoramento não publicada. Braga – Universidade do Minho. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/5735>.
- Miller, M., Drake, E., & Nafziger, M. (2013). *What works to reduce recidivism by domestic violence offenders?* (Document No. 13-01-1201). Olympia: Washington State Institute for Public Policy.
- Nogueira, S. (2011). Vinculação, regulação emocional e stress parental. Tese de mestrado não publicada. Instituto Superior de Ciências da Saúde-Norte. CESPU, CRL.
- Pinto Gouveia, J., Rijo, D., Salvador, M. C. (2005). *A versão portuguesa do Questionário de Esquemas de Young*. Não publicado.

- Riggs, D., Caulfield, M. & Street, A. (2000). Risk for domestic violence: factors associated with perpetration and victimization. *Journal of Clinical Psychology*, 56 (10), pp. 1289-1316.
- Rijo, D. (2009). Esquemas mal-adaptativos precoces. Validação do conceito e dos métodos de avaliação. Dissertação de Doutoramento apresentada na Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação de Coimbra.
- Rijo, D. & Capinha, M. (2012). A reabilitação dos agressores conjugais: dos modelos tradicionais de reabilitação ao Programa Português para Agressores de Violência Doméstica (PAVD). *Ousar Integrar*, 11, 83-97.
- Rijo, D., Fernandes, F., Mota, P., Albergaria, A., Frias, S., Chaves, B., et al. (2008). *Manual de formação em competências relacionais para agentes de reabilitação em contexto prisional*. Açores, Lisboa:Programa EQUAL.
- Sinclair, D. (1985). Understanding wife assault: A training manual for counsellors and advocates. Toronto: Publications Ontario.
- Soares, B. (1999). Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Stith, S., Smith, D., Penn, C., Ward, D. & Tritt, D. (2004). Intimate partner physical abuse perpetration and victimization risk factors: a meta-analytic review. *Aggression and Violent Behavior*, 10 (1), pp. 65-98.
- Sugarman, D. & Frankel, S. (1996). Patriarchal ideology and wife-assault: a meta-analytic review. *Journal of Family Violence*, 11 (1), pp. 13-40.
- Tager D., Good G. E. & Brammer S. (2010). Walking over : an exploration of relations between emotion dysregulation, masculine norms, and intimate partner abuse in a clinical sample of men. *Psychology of Men & Masculinity- American Psychological Association*, Vol. 11, No. 3, pp. 233–239.
- Townsend, L. (1991). *Programs for perpetrators of domestic violence*. NSW Women's Coordination Unit: Sidney.
- Quintas, J., Fonseca, E., Sousa, H. & Serra A. (2012). Programa para agressores de violência doméstica: avaliação do impacto da aplicação experimental (2010-2011). *Ousar Integrar*, 12, 9.

Veloso, M., Correia, J. P. & Dinis (2011). Estudos de validação com a versão portuguesa da escala de dificuldades na regulação emocional (EDRE). *Psychologica*, 54, pp. 87-110.

Young, J. Klosko, J. & Weishaar, M. (2003). *Schema therapy: a practitioner's guide*. New York, London: The Guilford Press.